

1ª Edição – 2017



Exame de Suficiência

Bacharel em Ciências Contábeis

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

EXAME DE SUFICIÊNCIA – 1ª Edição 2017

Edital N.º 1/2017

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Ao receber o Caderno de Prova, escreva seu nome e número de inscrição.

Este caderno contém as questões da prova de Bacharel em Ciências Contábeis.

Use como rascunho as páginas no final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- confira o seu número de inscrição
- assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado)

Os(as) Coordenadores(as) e Fiscais de aplicação de provas não possuem autonomia para opinar sobre a elaboração, os conteúdos, as respostas e a anulação de questões.

01 ● (B) (C) (D)

02 (A) ● (C) (D)

03 (A) (B) ● (D)

04 (A) (B) (C) ●

Instruções quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

1. Use somente caneta esferográfica com tinta **preta ou azul**.
2. Confira rigorosamente sua opção de resposta antes de marcá-la no gabarito.
3. Marque **apenas** uma resposta para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta.
4. Não deixe questão sem resposta.
5. Não rasure, não amasse, não dobre e não suje esta folha.
6. Preencha toda a área do círculo que corresponde à opção que você considera correta. Exemplo: ●
7. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na Folha de Respostas.

SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE APÓS 2 (DUAS) HORAS DO SEU INÍCIO, LEVANDO CONSIGO SOMENTE O RASCUNHO DO GABARITO CONSTANTE AO FINAL DESSA PROVA. SOMENTE APÓS 3 (TRÊS) HORAS DO INÍCIO DA PROVA SERÁ PERMITIDO AO CANDIDATO O DIREITO DE LEVAR CONSIGO O CADERNO DE PROVA.

DURAÇÃO DESTA PROVA:**4 (QUATRO) HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, **CONFIRA** se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma constituída de 4 (quatro) opções.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao(à) Fiscal de Provas, para que ele(a) tome as providências necessárias.

Caso o(a) senhor(a) não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, desde que não realize o armazenamento de texto, vedado o seu empréstimo, conforme edital.

Não será permitido o uso de calculadora existente em aparelho celular ou similares.

É de sua inteira responsabilidade qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na Folha de Respostas.

1. Uma Sociedade Empresária utiliza o Inventário Permanente para controlar seus estoques e apresentou o seguinte movimento, no mês de fevereiro de 2017, de Estoques de Mercadorias para Revenda:

Dia	Operação
6	Compra de 80 unidades a R\$400,00 cada uma
13	Compra de 120 unidades a R\$440,00 cada uma
20	Venda de 180 unidades por R\$800,00 cada uma
27	Compra de 100 unidades a R\$480,00 cada uma

A Sociedade Empresária adota como base para mensuração do estoque o critério Primeiro a Entrar Primeiro a Sair – PEPS.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, e desconsiderando-se os tributos incidentes sobre compras e vendas, o valor do Estoque de Mercadorias para Revenda, no final do mês de fevereiro de 2017, é de:

- a) R\$48.000,00.
- b) R\$56.800,00.
- c) R\$76.000,00.
- d) R\$132.800,00.

2. Uma Sociedade Empresária adquiriu um equipamento, que ficou disponível para uso, nas condições operacionais pretendidas pela administração, em 2.1.2012, pelo valor contábil de R\$180.000,00.

A vida útil do equipamento foi estimada em 10 anos e seu valor residual, em R\$18.000,00.

A depreciação do equipamento é calculada pelo Método Linear e não foram observados indicativos de perda durante toda a vida útil do equipamento.

No dia 31.12.2016, a Sociedade Empresária vendeu esse equipamento por R\$90.000,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 27 (R3) – ATIVO IMOBILIZADO, o valor contábil a ser baixado desse equipamento, em 31.12.2016, é de:

- a) R\$72.000,00.
- b) R\$90.000,00.
- c) R\$99.000,00.
- d) R\$162.000,00.

3. Em 10.1.2017, uma Sociedade Empresária celebrou um contrato para venda de 100 unidades de uma determinada mercadoria pelo valor total de R\$50.000,00.

Conforme demonstrado a seguir, o contrato estabeleceu o cronograma para entrega das mercadorias e recebimento das vendas, o que foi integralmente cumprido.

Data	Evento
10.1.2017	Entrega de 20 unidades
30.1.2017	Recebimento de R\$25.000,00
2.2.2017	Entrega de 20 unidades
27.2.2017	Recebimento de R\$25.000,00
10.3.2017	Entrega de 60 unidades

Não existe efeito relevante na operação que justifique a consideração do ajuste a valor presente.

Por ocasião das entregas, todas as condições estabelecidas na NBC TG 30 – RECEITA, necessárias para o reconhecimento da Receita, são satisfeitas.

Os registros contábeis são realizados diariamente e os ajustes, ao final de cada mês.

Desconsiderando-se os efeitos tributários e com base na NBC TG 30 – RECEITA, o valor da Receita dessa operação, a ser reconhecido em janeiro de 2017, é de:

- a) R\$5.000,00.
- b) R\$10.000,00.
- c) R\$25.000,00.
- d) R\$50.000,00.

4. Uma Sociedade Empresária iniciou suas atividades em janeiro de 2017. Nesse mês, realizou as seguintes transações:
- ✓ Aquisição de mercadorias por R\$20.000,00. Neste valor está incluído Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS recuperável, no valor de R\$3.400,00.
 - ✓ Venda, por R\$25.000,00, de 50% das mercadorias adquiridas. Sobre a receita obtida na operação, há incidência apenas do ICMS na alíquota de 12%.

Considerando-se que essas foram as únicas transações efetuadas no mês, após o registro contábil de apuração do ICMS, a Sociedade Empresária apresentará:

- a) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$400,00.
 - b) um saldo de ICMS a Recolher no valor de R\$1.300,00.
 - c) um saldo de ICMS a Recolher no valor de R\$3.000,00.
 - d) um saldo de ICMS a Recuperar no valor de R\$3.400,00.
5. Uma Sociedade Empresária comercial apresenta os seguintes dados, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2016, extraídos do seu Balancete de Verificação:

✓ Custo das Mercadorias Vendidas	R\$560.000,00
✓ Faturamento Bruto de Vendas	R\$800.000,00
✓ ICMS sobre Vendas	R\$93.000,00
✓ Receita de Dividendos	R\$70.000,00
✓ Receita Financeira	R\$30.000,00
✓ Vendas Canceladas	R\$25.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a Lei n.º 6.404/1976, o valor do Lucro Bruto a ser evidenciado na Demonstração do Resultado do período é de:

- a) R\$122.000,00.
- b) R\$152.000,00.
- c) R\$240.000,00.
- d) R\$270.000,00.

6. Em relação ao conteúdo obrigatório das Notas Explicativas, conforme estabelecido nas Normas Brasileiras de Contabilidade, é **CORRETO** afirmar que:
- a) a divulgação em nota explicativa é suficiente para a correção de erro material com efeito claramente definido, ocorrido na mensuração de um ativo no exercício anterior.
 - b) as notas explicativas devem ser apresentadas de forma sistemática e devem apresentar o conteúdo do parecer de auditores independentes.
 - c) uma Sociedade Empresária que revende mercadorias deve divulgar nas Notas Explicativas a relação das mercadorias negociadas pela empresa.
 - d) uma Sociedade Empresária que revende mercadorias deve divulgar nas Notas Explicativas as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques.
7. Assinale a opção que apresenta apenas contas patrimoniais de natureza credora.
- a) Adiantamentos a Empregados, Capital Subscrito, Fornecedores, Receita de Vendas.
 - b) Capital a Integralizar, Empréstimos a Pagar, IPI a Recuperar, Reservas para Contingências.
 - c) Adiantamentos de Clientes, Depreciação Acumulada, ICMS a Recolher, Salários a Pagar.
 - d) Custos de Transação a Apropriar, Duplicatas Descontadas, Receita de Serviços, Reservas de Lucros a Realizar.

8. Uma Indústria adquiriu, por R\$800.000,00, a patente para a fabricação de um determinado produto.

Embora a patente garanta a fabricação exclusiva do produto por 20 anos, a Indústria definiu que, após 10 anos, descontinuará a fabricação do produto e irá vender a patente a terceiros, inclusive com compromisso já firmado nesse sentido. Na data do registro contábil, estima-se que o valor residual é de R\$240.000,00.

Não foram observados indicativos de perda com redução ao valor recuperável.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 04 (R3) – ATIVO INTANGÍVEL, a quota anual de amortização da patente, calculada pelo Método Linear, é de:

- a) R\$28.000,00.
- b) R\$40.000,00.
- c) R\$56.000,00.
- d) R\$80.000,00.

9. Uma Sociedade Empresária que possui um único estabelecimento apresentava, em 31.1.2017, após a apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, um saldo de ICMS a Recuperar de R\$2.500,00.

Durante o mês de fevereiro, a Sociedade Empresária efetuou registros que totalizaram R\$27.000,00, a crédito de ICMS a Recolher pelas vendas de mercadorias, e de R\$21.600,00, a débito de ICMS a Recuperar pela compra de mercadorias.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o registro contábil relativo à apuração do ICMS no mês de fevereiro de 2017 será:

- a) R\$21.600,00, a débito da conta de ICMS a Recuperar e a crédito de ICMS a Recolher.
- b) R\$24.100,00, a débito da conta de ICMS a Recolher e a crédito de ICMS a Recuperar.
- c) R\$24.100,00, a débito da conta de ICMS a Recuperar e a crédito de ICMS a Recolher.
- d) R\$27.000,00, a débito da conta de ICMS a Recolher e a crédito de ICMS a Recuperar.

10. Uma Sociedade Empresária apresentava, em 31.12.2016, as seguintes informações a respeito de seu estoque de mercadorias:

Tipo de Mercadoria	Estoque Mensurado a Custo de Aquisição	Preço de Venda Estimado	Despesas Necessárias para Concretizar a Venda
Tipo 1	R\$10.000,00	R\$16.000,00	R\$4.000,00
Tipo 2	R\$22.000,00	R\$20.000,00	R\$5.000,00
Tipo 3	R\$16.000,00	R\$24.000,00	R\$6.000,00
TOTAL	R\$48.000,00	R\$60.000,00	R\$15.000,00

Até 31.12.2016, não haviam sido registrados ajustes para redução ao valor realizável líquido ou ajustes a valor presente nos Estoques.

Os tipos de mercadorias apresentados são avaliados separadamente.

Considerando-se apenas os dados informados e de acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, o saldo da conta de Estoques, em 31.12.2016, foi de:

- a) R\$41.000,00.
- b) R\$45.000,00.
- c) R\$46.000,00.
- d) R\$48.000,00.

11. Uma Sociedade Empresária comercial apresentou os seguintes dados para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa relativa ao ano de 2016:

Entradas de Caixa

Recebimento por vendas de mercadorias à vista	R\$120.000,00
Recebimento por venda de imóvel registrado como Ativo Imobilizado	R\$50.000,00
Recebimento por integralização de capital	R\$140.000,00

Saídas de Caixa

Pagamento a fornecedores por compra de mercadorias	R\$90.000,00
Pagamento de despesas administrativas	R\$16.000,00
Pagamento por aquisição de veículo para uso	R\$72.000,00
Pagamento do valor principal de empréstimo bancário	R\$120.000,00

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa era de R\$12.800,00, em 31.12.2015.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 03 (R3) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, em relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa é CORRETO afirmar que:

- a) o caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais é de R\$14.000,00.
- b) o caixa líquido gerado pelas Atividades de Investimento é de R\$68.000,00.
- c) o caixa líquido consumido pelas Atividades de Financiamento é de R\$120.000,00.
- d) o caixa líquido consumido por todas as atividades em conjunto é de R\$12.000,00.

12. Uma Prefeitura Municipal doou um terreno para uma Sociedade Empresária, o que foi enquadrado como uma subvenção governamental.

Para esse evento, constam as seguintes informações:

- ✓ Valor constante do termo de doação: R\$1.800.000,00.
- ✓ Valor Justo do terreno: R\$2.000.000,00.
- ✓ Terreno com as mesmas dimensões já registrado na contabilidade da Sociedade Empresária: R\$1.500.000,00, sobre o qual há estimativa de redução ao valor recuperável de R\$200.000,00.

Os gestores da Sociedade Empresária têm razoável segurança de que cumprirão todas as condições estabelecidas e de que a Sociedade Empresária receberá a subvenção.

De acordo com a NBC TG 07 (R1) – SUBVENÇÃO E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAIS, o terreno recebido da Prefeitura deve ser reconhecido pela Sociedade Empresária pelo valor de:

- a) R\$1.300.000,00.
- b) R\$1.500.000,00.
- c) R\$1.800.000,00.
- d) R\$2.000.000,00.

13. Uma Sociedade Empresária que apura seu tributo sobre o lucro com base no resultado contábil reconheceu despesa com depreciação de um veículo por R\$20.000,00, no período, o que repercutiu em seu Balanço Patrimonial da seguinte forma:

Imobilizado	
Veículo	R\$200.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(R\$20.000,00)
Total	R\$180.000,00

A autoridade fiscal dessa jurisdição, todavia, somente autoriza a dedução a título de depreciação, para fins de apuração de tributos, de apenas R\$10.000,00 nesse mesmo período. O valor restante poderá ser deduzido em períodos futuros.

Há segurança de existência de débitos fiscais suficientes que permitirão o aproveitamento futuro desse crédito.

Para esse caso hipotético, deve-se considerar, excepcionalmente, que o Imposto de Renda, à alíquota de 25%, sem adicional, seja o único tributo incidente sobre o lucro.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 32 (R3) – TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, é CORRETO afirmar que essa diferença irá gerar:

- a) um ativo fiscal diferido de R\$2.500,00.
 - b) um passivo fiscal diferido de R\$2.500,00.
 - c) um ativo fiscal diferido de R\$45.000,00.
 - d) um passivo fiscal diferido de R\$45.000,00.
14. Uma Sociedade Empresária apresentou os seguintes dados relacionados à folha de pagamento mensal:

Dados

Salários Brutos de pessoal administrativo	R\$20.000,00
INSS – Segurados/Empregados	8%
INSS – Empresa	20%

Informações adicionais:

- ✓ Para este caso, deve-se desconsiderar a incidência de outros componentes de remuneração ou de encargos sociais.
- ✓ Esta situação não está enquadrada entre os casos de desoneração da folha de pagamento.
- ✓ A Sociedade Empresária realiza as apropriações dos fatos, inclusive dos ajustes de saldos para conciliar com as guias emitidas para recolhimento, dentro do próprio mês de competência.
- ✓ Os pagamentos são realizados no mês subsequente.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, assinale a opção que contém, respectivamente, o valor do INSS, enquadrado no grupo Despesas com Pessoal, e o de INSS a Recolher, enquadrado no grupo Salários e Encargos Sociais.

- a) R\$4.000,00 e R\$4.000,00.
- b) R\$4.000,00 e R\$5.600,00.
- c) R\$5.600,00 e R\$4.000,00.
- d) R\$5.600,00 e R\$5.600,00.

15. A Sociedade “A” adquiriu 100% da Sociedade “B” e obteve o seu controle, operação enquadrada como Combinação de Negócios.

A Sociedade “A” obteve, ao final de suas avaliações, definida como sua data de aquisição, as seguintes informações:

Descrição	Valor
Diferença positiva entre os Ativos Identificáveis mensurados a Valor Justo e o seu Valor Contábil na data da Aquisição	R\$3.000.000,00
Patrimônio Líquido contábil da Sociedade “B”	R\$10.000.000,00
Valor total do pagamento pela aquisição da Sociedade “B”	R\$14.000.000,00

Considerando-se as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 15 (R3) – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS e desconsiderando-se os aspectos tributários, o valor do Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (*goodwill*) a ser reconhecido na data de aquisição é de:

- a) R\$7.000.000,00.
b) R\$4.000.000,00.
c) R\$3.000.000,00.
d) R\$1.000.000,00.
16. Uma Sociedade Empresária efetuou, em 31.12.2015, uma venda no valor de R\$40.000,00, para receber o valor em parcela única, com vencimento em cinco anos.

Caso a venda fosse efetuada à vista, de acordo com opção disponível, o valor da venda teria sido de R\$24.836,85, o que corresponde a uma taxa de juros imputada de 10% ao ano, equivalente à taxa de juros de mercado.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE, o valor contábil atualizado de Contas a Receber decorrente dessa transação de venda, em 31.12.2016, é de:

- a) R\$40.000,00.
b) R\$36.000,00.
c) R\$27.320,54.
d) R\$24.836,85.

17. Uma Sociedade Empresária coletou os saldos de algumas contas de resultado constantes em seu balancete anual emitido em 31.12.2016, conforme a seguir:

Contas	Débito	Crédito
Abatimentos sobre Vendas	R\$15.000,00	
Cofins sobre Faturamento	R\$22.800,00	
Comissões sobre Vendas	R\$9.000,00	
Descontos Incondicionais	R\$1.050,00	
Devoluções de Vendas	R\$6.000,00	
ICMS sobre Vendas	R\$54.000,00	
PIS sobre Faturamento	R\$4.950,00	
Receita Bruta de Vendas		R\$300.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, e com a NBC TG 30 – RECEITAS, o valor a ser divulgado como receita da Sociedade Empresária, na Demonstração do Resultado do período encerrado em 31.12.2016, é de:

- a) R\$187.200,00.
- b) R\$196.200,00.
- c) R\$218.250,00.
- d) R\$277.950,00.

18. Em 31.12.2015, a Sociedade Anônima “A” possuía 60% de participação na Sociedade Anônima “B”.

Nessa mesma data, o Patrimônio Líquido da Sociedade Anônima “B” apresentava a seguinte composição:

Contas	Saldo
Capital Social	R\$320.000,00
Reservas de Lucro	R\$120.000,00

Ao final do exercício de 2016, a Sociedade Anônima “B” apresentou Lucro no valor de R\$40.000,00.

Para este caso hipotético, considerar que não há dividendo mínimo obrigatório e que todo o lucro foi destinado para Reservas de Lucro.

Em 2016, não houve alteração no percentual de participação e nem houve registro de Outros Resultados Abrangentes.

Até 31.12.2016, não foram observados indicativos de perda com redução ao valor recuperável.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o Resultado da Equivalência Patrimonial, e de acordo com a NBC TG 18 (R2) – INVESTIMENTO EM COLIGADA, EM CONTROLADA E EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO, o saldo contábil, em 31.12.2016, que deve ser apresentado no Balanço Patrimonial individual da Sociedade Anônima “A” na conta Participação em Controladas é de:

- a) R\$192.000,00.
- b) R\$216.000,00.
- c) R\$264.000,00.
- d) R\$288.000,00.

19. Em 31.1.2017, uma Sociedade Empresária recebeu de cliente o valor de R\$10.000,00, a título de adiantamento de serviços a serem prestados durante o mês de fevereiro.

No dia 28.2.2017, a Sociedade Empresária concluiu os serviços e emitiu uma Nota Fiscal de Prestação de Serviços no valor de R\$9.200,00. Na mesma data, devolveu ao cliente, em dinheiro, o valor de R\$800,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e desconsiderando-se a incidência de tributos, entre as opções apresentadas indique o lançamento contábil realizado pela Sociedade Empresária que reflete o registro da transação ocorrida em 28.2.2017.

- | | |
|---|--------------|
| a) Débito: Caixa – Ativo Circulante | R\$10.000,00 |
| Crédito: Adiantamento de Cliente – Passivo Circulante | R\$800,00 |
| Crédito: Receita de Serviços – Resultado | R\$9.200,00 |
| b) Débito: Adiantamento de Cliente – Passivo Circulante | R\$10.000,00 |
| Crédito: Receita de Serviços – Resultado | R\$9.200,00 |
| Crédito: Caixa – Ativo Circulante | R\$800,00 |
| c) Débito: Receita de Serviços – Resultado | R\$9.200,00 |
| Débito: Caixa – Ativo Circulante | R\$800,00 |
| Crédito: Adiantamento de Cliente – Passivo Circulante | R\$10.000,00 |
| d) Débito: Adiantamento de Cliente – Passivo Circulante | R\$9.200,00 |
| Débito: Caixa – Ativo Circulante | R\$800,00 |
| Crédito: Receita de Serviços – Resultado | R\$10.000,00 |

20. Em 2.1.2017, uma Indústria contratou uma construtora para prestar serviços de reforma predial em sua sede.

Conforme contrato firmado, durante o mês de janeiro a construtora disponibilizou equipe especializada para executar a reforma e, no dia 31.1.2017, data da conclusão dos serviços, emitiu Nota Fiscal de Prestação de Serviços com os seguintes dados:

- ✓ data da emissão da Nota Fiscal: 31.1.2017
- ✓ valor dos serviços prestados: R\$42.000,00
- ✓ data prevista para o recebimento do valor referente aos serviços prestados: 28.2.2017
- ✓ INSS calculado sobre serviços prestados: 11%

O art. 31 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências, diz:

A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão de obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher, em nome da empresa cedente da mão de obra, a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, ou até o dia útil imediatamente anterior se não houver expediente bancário naquele dia, observado o disposto no § 5º do art. 33 desta Lei.

Considerando-se apenas as informações apresentadas, indique, entre as opções a seguir, o lançamento contábil a ser feito pela construtora que representa o registro dos fatos descritos em 31.1.2017.

- | | |
|--|--------------|
| a) Débito: Duplicatas a Receber – Ativo Circulante | R\$42.000,00 |
| Crédito: INSS a Pagar – Passivo Circulante | R\$4.620,00 |
| Crédito: Receita de Serviços – Resultado | R\$37.380,00 |
| b) Débito: Duplicatas a Receber – Ativo Circulante | R\$42.000,00 |
| Débito: INSS a Recuperar – Ativo Circulante | R\$4.620,00 |
| Crédito: Receita de Serviços – Resultado | R\$46.620,00 |
| c) Débito: Duplicatas a Receber – Ativo Circulante | R\$46.620,00 |
| Crédito: INSS a Pagar – Passivo Circulante | R\$4.620,00 |
| Crédito: Receita de Serviços – Resultado | R\$42.000,00 |
| d) Débito: Duplicatas a Receber – Ativo Circulante | R\$37.380,00 |
| Débito: INSS a Recuperar – Ativo Circulante | R\$4.620,00 |
| Crédito: Receita de Serviços – Resultado | R\$42.000,00 |

21. Conforme a NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, Resultado do Período é o total das receitas deduzido das despesas, exceto os itens reconhecidos como outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

Assinale a alternativa que contém apenas contas de Resultado do Período.

- a) Aluguel Pago Antecipadamente, Devoluções de Vendas e Patentes.
 - b) Patentes, Descontos Incondicionais e Duplicatas Descontadas.
 - c) Devoluções de vendas, Custo das Mercadorias Vendidas e Descontos Concedidos a Clientes.
 - d) Custo das Mercadorias Vendidas, Descontos Financeiros Obtidos e Duplicatas Descontadas.
22. Uma Indústria fabrica os produtos “A”, “B” e “C”. No mês de fevereiro, apresentou as seguintes informações:

Informações	Produtos		
	“A”	“B”	“C”
Volume de produção acabada	200 unidades	100 unidades	
Volume de produção em elaboração			300 unidades
Matéria-prima consumida por unidade	R\$15,00	R\$20,00	R\$18,00

O gasto com mão de obra aplicada na produção dos três produtos nesse mês totalizou R\$25.500,00. Para efeitos de apuração do custo, a Indústria distribui esse gasto aos produtos de acordo com a quantidade produzida.

Informações adicionais:

- ✓ não havia saldo inicial de produtos em elaboração
- ✓ toda a matéria-prima necessária para produzir as unidades acabadas e em elaboração foi integralmente aplicada na produção
- ✓ no final do mês de fevereiro, a produção em elaboração do produto “C” está num estágio de 70% de acabamento em relação à mão de obra

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o Custo dos Produtos em Elaboração do Produto “C” no mês de fevereiro é de:

- a) R\$10.500,00.
- b) R\$12.750,00.
- c) R\$15.900,00.
- d) R\$18.150,00.

23. Uma Sociedade Empresária que presta serviços de transporte rodoviário transportou 10.000 passageiros em fevereiro de 2017, em uma determinada rota, e apresentou os seguintes gastos relacionados ao seu volume normal de operação:

Gastos	Valor
Combustível utilizado pelos veículos	R\$200.000,00
Depreciação dos veículos	R\$18.500,00
Propaganda	R\$9.400,00
Salários e encargos do pessoal administrativo	R\$13.900,00
Salários e encargos dos motoristas dos veículos	R\$36.700,00

Cada passagem é vendida por R\$30,00, e a Sociedade Empresária só recebe dos passageiros por meio de cartão de débito ou crédito. Em cada venda de passagem, a operadora dos cartões cobra uma taxa de 4%.

Os veículos somente são utilizados para o transporte de passageiros.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e sabendo-se que a Sociedade Empresária adota o Método do Custeio por Absorção, o Custo dos Serviços Prestados por passageiro no mês de fevereiro foi de:

- a) R\$25,52.
- b) R\$26,72.
- c) R\$27,85.
- d) R\$29,05.

24. Uma Indústria adota como Método de Custeamento o Custeio Variável. No mês de fevereiro, produziu e vendeu 5.000 unidades de determinado produto, de acordo as seguintes informações:

- ✓ Preço de venda unitário: R\$25,00
- ✓ Alíquota de tributos incidentes sobre as vendas: 17%
- ✓ Custo variável unitário: R\$11,00
- ✓ Percentual de comissão sobre vendas: 5%
- ✓ Custo fixo mensal: R\$30.000,00

Considerando-se apenas as informações apresentadas, a Margem de Contribuição Unitária desse produto é de:

- a) R\$2,50.
- b) R\$3,75.
- c) R\$8,50.
- d) R\$9,75.

25. Um Município brasileiro utiliza o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Em 2.1.2017, o Município efetuou o lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, e o registrou em sua contabilidade de acordo com o Regime de Competência.

No dia 2.3.2017, esse Município arrecadou R\$40.000,00 relativos ao IPTU.

Considerando-se o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e o caso apresentado, os lançamentos contábeis que representam a contabilização do fato ocorrido em 2.3.2017 envolverão apenas contas de natureza:

- a) De Controle, Financeira e Patrimonial.
- b) Orçamentária, Patrimonial e Financeira.
- c) Financeira, Orçamentária e de Controle.
- d) Patrimonial, Orçamentária e de Controle.

26. A Lei n.º 4.320/1964, em seu art. 105, dispõe que, no Balanço Patrimonial, o Passivo é classificado em Passivo Financeiro e Passivo Permanente.

Considerando-se essa informação, é CORRETO afirmar que:

- a) o Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.
- b) o Passivo Permanente compreenderá as dívidas flutuantes e outros pagamentos que dependam de autorização orçamentária.
- c) o Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- d) o Passivo Permanente compreenderá as dívidas flutuantes e outros pagamentos que independam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

27. Um Município brasileiro registrou os seguintes fatos na sua contabilidade durante um determinado período contábil:

- ✓ recebimento de receitas tributárias, no valor de R\$1.000,00
- ✓ empenho de despesa corrente, no valor de R\$850,00
- ✓ liquidação de despesa corrente, no valor de R\$600,00
- ✓ pagamento de despesa corrente, no valor de R\$500,00

Não houve cancelamento de empenho no período.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, é CORRETO afirmar que, ao final do período contábil, o Município brasileiro deverá:

- a) inscrever em Restos a Pagar Processados o valor de R\$850,00.
- b) inscrever em Restos a Pagar Processados o valor de R\$500,00.
- c) inscrever em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$250,00.
- d) inscrever em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$600,00.

28. Uma Sociedade Empresária estabelece o preço de venda de suas mercadorias com base no custo de aquisição.

A mercadoria “A” tem custo de aquisição igual a R\$12,00 por unidade. Segundo a política de formação de preço utilizada pela Sociedade Empresária, o preço de venda estabelecido deve proporcionar uma margem de contribuição, líquida de tributos e despesas variáveis, de 30% sobre o preço de venda.

Os tributos incidentes sobre as vendas somam 27,25% e as despesas variáveis de venda somam 2,75%.

Considerando-se as informações apresentadas, o preço de venda da mercadoria “A” será de:

- a) R\$16,80.
- b) R\$19,20.
- c) R\$20,00.
- d) R\$30,00.

29. Um determinado analista preparou a Análise Vertical das Demonstrações Contábeis de uma Sociedade Empresária conforme a fórmula:

$$\text{Análise Vertical \%} = \frac{\text{Saldo da conta em análise}}{\text{Saldo total do grupo ao qual a conta pertence}} \times 100$$

A partir desses cálculos de Análise Vertical, obtiveram-se 40% para o Ativo Circulante.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a classificação contida na NBC TG 26 (R4) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, entre as opções apresentadas a seguir, assinale a opção que apresenta uma interpretação correta do índice mencionado.

- a) Espera-se que 40% do Ativo sejam realizados em até doze meses após a data do balanço.
- b) Espera-se que 40% do endividamento sejam liquidados no período de até doze meses após a data do balanço.
- c) Os componentes tangíveis de uso, que deverão gerar benefícios econômicos em mais de um exercício, correspondem a 40%.
- d) Os componentes que serão realizados em até doze meses após a data do balanço cresceram 40% se comparados ao período anterior.

30. Uma equipe de vendas que precisa desenvolver alguns modelos matemáticos a serem incorporados ao Sistema de Informações Gerenciais – SIG solicitou ao Profissional da Contabilidade que apresentasse uma fórmula para cálculo da variação, entre períodos, da quantidade vendida de cada produto componente do seu *mix*.

A fórmula apresentada que corresponde a uma medição adequada da Variação de Vendas por Produto – VVP, cuja unidade de medida seja porcentagem, é:

- a) $VVP = \frac{\text{quantidade vendida do produto no período corrente}}{\text{quantidade vendida de todos os produtos no período corrente}} \times 100$
- b) $VVP = \frac{\text{quantidade vendida do produto no período corrente}}{\text{quantidade vendida do produto no período anterior}} \times 100 - 100$
- c) $VVP = \frac{\text{quantidade vendida do produto no período corrente}}{\text{quantidade vendida de todos os produtos no período anterior}} \times 100 - 100$
- d) $VVP = \frac{\text{quantidade vendida de todos os produtos no período corrente}}{\text{quantidade vendida do produto no período corrente}} \times 100$

31. A NBC TG 28 (R3) – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO estabelece que o ganho ou a perda proveniente de alteração no valor justo de propriedade para investimento deve ser reconhecido no resultado do período em que ocorra.

A Lei n.º 12.973/2014 estabelece, no art. 14, que:

[...] a perda decorrente de avaliação de ativo ou passivo com base no valor justo somente poderá ser computada na determinação do lucro real à medida que o ativo for realizado, inclusive mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa, ou quando o passivo for liquidado ou baixado, e desde que a respectiva redução no valor do ativo ou aumento no valor do passivo seja evidenciada contabilmente em subconta vinculada ao ativo ou passivo.

De acordo com as normas citadas, considere as seguintes informações relativas a uma Sociedade Empresária:

- ✓ é tributada pelo Lucro Real apurado anualmente
- ✓ possui um terreno classificado como propriedade para Investimento, mensurado ao Valor Justo
- ✓ em 2016 reconheceu no resultado do período uma redução, no valor de R\$500.000,00, decorrente da mensuração a valor justo do terreno, com reflexo em subconta vinculada ao ativo

Considerando-se as informações apresentadas e as normas mencionadas, e que a perda é dedutível da base de cálculo do Tributo sobre o Lucro no momento da venda, é CORRETO afirmar que, no ano de 2016, a Sociedade Empresária reconhece:

- a) um ganho no resultado, no valor de R\$500.000,00, e efetua uma exclusão no lucro líquido para efeito de apuração do Lucro Real nesse valor.
- b) um ganho no resultado, no valor de R\$500.000,00, e não ajusta o lucro líquido para efeito de apuração do Lucro Real.
- c) uma perda no resultado, no valor de R\$500.000,00, e não ajusta o lucro líquido para efeito de apuração do Lucro Real.
- d) uma perda no resultado, no valor de R\$500.000,00, e efetua uma adição no lucro líquido para efeito de apuração do Lucro Real nesse valor.

32. Uma Sociedade Empresária comercial constituída em janeiro de 2017, legalmente habilitada, aderiu ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

Em janeiro de 2017, havia obtido os seguintes registros relacionados à sua receita de vendas:

Descrição	Janeiro 2017
Vendas de Mercadorias	R\$100.000,00
Vendas Canceladas	R\$10.000,00
Descontos Incondicionais Concedidos	R\$5.000,00

As receitas decorrentes da revenda de mercadorias não são sujeitas a substituição tributária, assim como não decorrem da revenda de mercadorias para exportação.

A tabela a seguir reproduz parcialmente as alíquotas a serem aplicadas a cada faixa de receita bruta para os optantes pelo Simples Nacional na atividade de comércio.

Tabela: Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Comércio

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota
Até 180.000,00	4,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,47%
De 360.000,01 a 540.000,00	6,84%
De 540.000,01 a 720.000,00	7,54%
De 720.000,01 a 900.000,00	7,60%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,28%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,36%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,45%

Fonte: Tabela adaptada da Lei Complementar n.º 123/2006 – Anexo I

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o valor dos tributos a serem recolhidos mediante a modalidade Simples Nacional, referente ao mês de competência janeiro de 2017, é de:

- a) R\$3.400,00.
- b) R\$4.000,00.
- c) R\$7.038,00.
- d) R\$8.360,00.

33. De acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho – CLT, julgue os itens a seguir quanto à jornada de trabalho como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. É expressamente vedada para os atuais empregados a alteração da jornada de trabalho de tempo integral para regime de tempo parcial.
- II. É considerado trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda vinte e cinco horas semanais.
- III. O empregado sob o regime de tempo parcial não poderá prestar horas extras.

A sequência CORRETA é:

- a) F, V, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, F.
- d) V, F, V.

34. Uma Sociedade Empresária irá adquirir uma máquina para uso. Mediante pesquisa de preço, recebeu as seguintes propostas de três fornecedores diferentes:

Proposta	Condições
Fornecedor 1	R\$81.202,00 à vista
Fornecedor 2	Duas parcelas mensais e sucessivas de R\$40.601,00, a primeira com vencimento um mês após a compra
Fornecedor 3	R\$81.500,00 em parcela única, com vencimento dois meses após a compra

Considerando-se que a proposta mais vantajosa é a que apresenta o menor Valor Presente, e utilizando-se uma taxa de juros compostos de 1% ao mês, é CORRETO afirmar que:

- a) a proposta mais vantajosa é a do Fornecedor 2.
- b) a proposta mais vantajosa é a do Fornecedor 3.
- c) as propostas do Fornecedor 1 e Fornecedor 2 são equivalentes.
- d) as propostas do Fornecedor 1 e Fornecedor 3 são equivalentes.

35. A tabela a seguir representa os salários médios de um grupo de 50 empregados de uma determinada Sociedade Empresária, em certo mês, agrupados em classes.

Classe	Salário do mês	Quantidade de empregados
1	R\$1.000,00	20
2	R\$3.000,00	18
3	R\$4.000,00	9
4	R\$5.000,00	2
5	R\$6.000,00	1

Considerando-se apenas as informações apresentadas, o salário médio desses empregados, no mês indicado, foi de:

- a) R\$2.520,00.
- b) R\$3.800,00.
- c) R\$4.000,00.
- d) R\$4.600,00.

36. De acordo com a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, as Características Qualitativas da informação Contábil-Financeira Útil se dividem em Qualitativas Fundamentais e Qualitativas de Melhoria.

Considerando-se o exposto, é CORRETO afirmar que:

- a) a Comparabilidade, a Compreensibilidade, a Tempestividade e a Verificabilidade representam Características Qualitativas Fundamentais da Informação Contábil-Financeira Útil.
- b) a Comparabilidade, a Compreensibilidade, a Materialidade, a Relevância, a Representação Fidedigna, a Tempestividade e a Verificabilidade representam Características Qualitativas de Melhoria da informação contábil.
- c) a Materialidade, a Relevância e a Representação Fidedigna representam Características Qualitativas de Melhoria da informação contábil.
- d) a Relevância e a Representação Fidedigna representam Características Qualitativas Fundamentais da Informação Contábil-Financeira Útil.

37. Como parte de suas operações regulares do dia a dia que envolvem controle de pragas na agricultura, uma Sociedade Empresária reuniu informações suficientes para a construção de uma base de dados.

Os custos relacionados à obtenção dos dados não puderam ser segregados das operações regulares, de forma que fossem identificados.

Ainda que esses dados precisem ser classificados e organizados sistemicamente para formar, de fato, uma base de dados, estima-se com confiabilidade que seu desenvolvimento em modelo estruturado proporcionará benefício econômico futuro da ordem de R\$20.000.000,00, já trazidos a valor presente.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 04 (R3) – ATIVO INTANGÍVEL, acerca dos gastos relacionados à obtenção dos dados elencados é CORRETO afirmar que:

- a) a base de dados deve ser reconhecida, de imediato, como ativo intangível, pelo valor de R\$20.000.000,00, cuja estimativa é confiável.
- b) nenhum ativo intangível deve ser reconhecido até esse momento; os gastos anteriores devem ser tratados como despesa.
- c) somente poderá ser reconhecido o ativo intangível pela Sociedade Empresária que possui, até então, os dados, caso haja proposta de aquisição de controle da entidade que se configure como combinação de negócios, ainda que esta não se efetive.
- d) um ativo intangível será reconhecido pela Sociedade Empresária que reuniu os dados, se houver mercado ativo para a comercialização da base de dados, com compradores e vendedores dispostos a negociar, e se os preços forem públicos e conhecidos.

38. Uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada possui um único proprietário, que exige do Profissional da Contabilidade responsável que ignore os ajustes relacionados às estimativas de perdas econômicas, para que não afetem o resultado.

Segundo o proprietário:

As estimativas de perdas previstas no conjunto normativo, assim como a redução ao Valor Realizável Líquido, Redução ao Valor Recuperável e com Créditos de Liquidação Duvidosa não são dívidas, ou seja, não serão pagas, e refletem apenas reduções nos benefícios dos ativos, o que interessa apenas a mim, especificamente.

Considero ainda inadequado o seu reconhecimento no resultado, pois será reduzido o lucro ou o prejuízo aumentado, pois o Fisco não admite a sua dedutibilidade.

Afinal, sou o proprietário e o Gestor, portanto, como usuário principal, minhas necessidades é que devem ser atendidas.

Considerando-se a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, é CORRETO afirmar que o Profissional da Contabilidade:

- a) deve aceitar as exigências do proprietário, afinal não há risco fiscal no atendimento à necessidade manifestada pelo proprietário, que é o usuário principal; dessa forma, estaria agindo de acordo com a Característica Qualitativa da Compreensibilidade.
- b) deve acatar as exigências do proprietário, pois os casos mencionados são estimativas, logo, o seu atendimento, não marcado por uma transação efetiva, representa a perda da Característica Qualitativa da Objetividade.
- c) não pode atender às exigências do proprietário; se o fizer, a informação contábil perderá a Característica de Representação Fidedigna, marcada pela neutralidade.
- d) não pode atender às exigências do proprietário, se o fizer, a informação contábil perderá a Característica Qualitativa da Prudência, inerente à profissão contábil.

39. Uma Sociedade Empresária comercializa equipamentos de informática.

Em 31.12.2016, apurou saldo da conta de Mercadorias para Revenda no valor de R\$100.000,00, formado por 50 *notebooks*. Até então, o preço de venda praticado pela Sociedade Empresária era de R\$3.000,00 a unidade.

Diante do enalhe do estoque desse modelo de *notebook*, a Sociedade Empresária realizou uma pesquisa de mercado e identificou que seus concorrentes estavam vendendo o mesmo *notebook* por R\$1.500,00 a unidade e, imediatamente, reduziu seu preço de venda para esse valor.

Os vendedores da Sociedade Empresária recebem 10% de comissão sobre as vendas.

Na mesma data, o Fornecedor dos *notebooks* para a Sociedade Empresária foi consultado e informou que estava comercializando o mesmo modelo de *notebook* por R\$800,00 cada um, no atacado.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, a Sociedade Empresária apresenta valor contábil do Estoque, em 31.12.2016, de:

- a) R\$40.000,00, pois deve-se reconhecer perda de R\$60.000,00 devido ao valor praticado atualmente pelo fornecedor.
- b) R\$67.500,00, pois deve-se reconhecer perda de R\$32.500,00, considerando-se o valor realizável líquido.
- c) R\$135.000,00, pois deve-se considerar o preço de venda atualmente praticado, líquido das comissões sobre vendas.
- d) R\$100.000,00, pois deve-se considerar o custo de aquisição dos 50 *notebooks* praticado pelos fornecedores.

40. Considerando-se a NBC PG 100 – APLICAÇÃO GERAL AOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE sobre os princípios éticos, julgue as atitudes do Profissional da Contabilidade como adequadas ou inadequadas nas situações hipotéticas apresentadas e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. Um Profissional da Contabilidade com mais de trinta anos de experiência foi convidado pelo Sindicato dos Funcionários de uma empresa a emitir parecer a respeito da situação econômico-financeira dessa empresa. Após análise das Demonstrações Contábeis, o profissional constatou que a empresa apresenta fortes indícios de descontinuidade. Mas, por conhecer a empresa e manter laços de amizade com seus administradores, atestou, em seu parecer, que a empresa irá manter-se em operação por um futuro previsível.
 - II. Um Profissional da Contabilidade, ao executar uma assessoria para recuperação de uma empresa, obteve informações sobre o processo de fabricação de um produto com baixíssima rentabilidade. Um especialista no produto, que tem intenção de instalar uma outra indústria, perguntou sobre o segredo do processo de fabricação. O Profissional da Contabilidade se recusou a compartilhar tal informação, bloqueou qualquer contato do especialista, mas compartilhou as informações, sobre o produto e sobre o especialista, com outros amigos contadores.

Considerando-se as situações hipotéticas apresentadas e os princípios éticos constantes na NBC PG 100 – APLICAÇÃO GERAL AOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE, a atitude do Profissional da Contabilidade foi:

- a) adequada na situação 2 e inadequada na situação 1.
- b) adequada nas situações 1 e 2.
- c) inadequada nas situações 1 e 2.
- d) inadequada na situação 2 e adequada na situação 1.

41. A Resolução CFC n.º 1.370/2011, que trata do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, estabelece a competência dos Conselhos de Contabilidade, nos termos da delegação conferida pelo Decreto n.º 9.295/1946.

Considerando-se a Resolução CFC n.º 1.370/2011, assinale a alternativa que NÃO constitui competência dos Conselhos de Contabilidade.

- a) Ajuizar responsabilização civil de Profissional da Contabilidade que tenha incorrido em prática inconsistente com as normas de relatório financeiro em vigor.
 - b) Registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil em todo o território nacional.
 - c) Regular sobre o Exame de Suficiência, o Cadastro de Qualificação Técnica e os Programas de Educação Continuada.
 - d) Editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, bem como os Princípios Contábeis.
42. De acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, estoques compreendem ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios; em processo de produção para venda; ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

Assinale a opção em que NÃO constam exemplos de Estoque.

- a) produtos acabados e produtos em processo de produção pela entidade.
 - b) custos de mercadorias vendidas, veículos de uso e *software* de uso.
 - c) matérias-primas e materiais que aguardam utilização no processo de produção, tais como embalagens e material de consumo.
 - d) mercadorias compradas por um varejista para revenda ou terrenos e outros imóveis para revenda.
43. De acordo com a NBC TG 16 (R1) – ESTOQUES, após o reconhecimento inicial, os Estoques devem ser mensurados pelo:
- a) custo de reposição futura ou preço bruto de venda, dos dois o maior.
 - b) custo de reposição futura ou preço bruto de venda, dos dois o menor.
 - c) valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o maior.
 - d) valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

44. Uma Sociedade Empresária que atua no ramo de construção civil está construindo um prédio onde será instalada uma de suas filiais.

Para essa construção, a Sociedade Empresária está utilizando materiais provenientes de seu estoque, bem como usando a mão de obra de seus empregados.

Considerando-se o estabelecido nas Normas Brasileiras de Contabilidade, os gastos com a construção do referido prédio deverão ser reconhecidos em uma conta de:

- a) Estoque.
- b) Imobilizado.
- c) Intangível.
- d) Investimentos.

45. De acordo com a NBC TA 530 – AMOSTRAGEM EM AUDITORIA, em relação ao efeito de alguns fatores no tamanho da amostra para testes de detalhes, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Quanto mais o auditor confia em outros procedimentos substantivos para reduzir a um nível aceitável o risco de detecção relacionado com uma população em particular, mais segurança o auditor precisa da amostragem e, portanto, maior deve ser o tamanho da amostra.
- II. Quanto maior for o valor da distorção que o auditor espera encontrar na população, maior deve ser o tamanho da amostra para se fazer uma estimativa razoável do valor real de distorção na população.
- III. Quanto menor for a distorção tolerável, maior precisa ser o tamanho da amostra.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, F.
- b) F, V, V.
- c) V, F, F.
- d) V, V, V.

46. Considerando-se a NBC TA 700 – FORMAÇÃO DA OPINIÃO E EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e ainda o disposto na NBC TA 705 – MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE, quando o auditor concluir que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, ele deve:
- a) modificar sua opinião.
 - b) abster-se de emitir opinião.
 - c) emitir opinião com ressalva.
 - d) expressar uma opinião não modificada.
47. De acordo com a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, no que tange ao trabalho pericial, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. O planejamento da perícia é a etapa do trabalho pericial que antecede as diligências, pesquisas, cálculos e respostas aos quesitos, na qual o perito do juízo estabelece a metodologia dos procedimentos periciais a serem aplicados, elaborando-o a partir do conhecimento do objeto da perícia.
 - II. O laudo pericial contábil e o parecer técnico-contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho.
 - III. Indagação é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados e informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil e do parecer técnico-contábil.

A sequência CORRETA é:

- a) V, V, F.
- b) V, F, V.
- c) F, V, F.
- d) F, F, V.

48. De acordo com a NBC PP 01 – PERITO CONTÁBIL, a respeito de suspeição e impedimento legal, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. O perito do juízo ou assistente deve declarar-se suspeito quando, após nomeado ou contratado, verificar a ocorrência de situações que venham suscitar suspeição em função da sua imparcialidade ou independência e, dessa maneira, comprometer o resultado do seu trabalho em relação à decisão.
 - II. O perito deve declarar-se suspeito apenas nos casos previstos da NBC PP 01 – PERITO CONTÁBIL, não sendo possível declarar-se suspeito por motivo íntimo.
 - III. São exemplos de casos de suspeição a que está sujeito o perito do juízo: ser amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.

A sequência CORRETA é:

- a) F, F, V.
- b) F, V, F.
- c) V, F, V.
- d) V, V, F.

Leia o texto a seguir, sobre o qual versam as questões 49 e 50.

Profissionais domésticos

01 A igualdade de direitos para os empregados domésticos ainda não recebeu
02 reconhecimento integral na legislação brasileira, mas chegou perto disso com
03 a regulamentação, pelo Congresso, da emenda constitucional nº 72 de 2013.
04 Faltou pouco para essa categoria receber equiparação completa com todos
05 os outros trabalhadores do país.

06 Quem presta serviços domiciliares observará jornada de oito horas diárias,
07 com máximo semanal de 44. O que passar disso será remunerado com 50%
08 adicional como horas extras, ou 100% no caso de domingos e feriados –
09 como qualquer funcionário em atividade.

10 Após um ano no emprego, domésticos farão jus a 30 dias de férias, com
11 pagamento acrescido de um terço do salário mensal. Além disso, torna-se
12 obrigatório que patrões recolham contribuição de 8% para o FGTS, um
13 benefício do qual trabalhadores domésticos estavam anteriormente
14 excluídos.

15 Não resta dúvida de que a distribuição de tais benefícios implica encarecer
16 esse tipo de mão de obra. É o preço a pagar pela eliminação de uma
17 iniquidade que manchava as relações laborais no Brasil: a consagração em
18 lei de uma segunda classe – inferior em seus direitos – de trabalhadores.

19 Esse tempo acabou, e em boa hora. Sobraram diferenças quase de minúcia,
20 em vista da situação peculiar dessa forma de emprego, mas nada que não
21 possa ser corrigido à frente, se necessário.

22 No sistema simplificado de recolhimento de tributos e benefícios que ainda
23 falta regulamentar, incluiu-se contribuição de 3,2% dos patrões para um fundo
24 específico da profissão. É uma provisão para garantir o pagamento de 40%
25 da multa sobre o FGTS, em caso de demissão imotivada.

26 Quando houver justa causa para o desligamento, o valor acumulado retornará
27 ao empregador. Há quem veja aí um estímulo para simular a justificação, mas
28 parece improvável que patrões se arrisquem a perder ações na Justiça do
29 Trabalho e com isso tenham de arcar com os custos do processo.

30 Mais controversa é a discriminação subsistente no caso do seguro-
31 desemprego. Enquanto funcionários CLT podem receber de três a cinco
32 parcelas proporcionais ao salário (com teto de R\$ 1.386), ao empregado
33 doméstico se pagará um máximo de três prestações, limitadas a um salário
34 mínimo.

35 É talvez um resquício do estigma que antes acompanhava empregados
36 domésticos, mas que não faz sombra ao enorme avanço no rumo de sua
37 plena profissionalização.

(<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2015/05/1627711-editorial-profissionais-domesticos.shtml> - 17 de janeiro de 2016, 22h04)

49. Todas as alternativas a seguir trazem alterados trechos do editorial Profissionais domésticos.

Assinale a alternativa cuja modificação provocou sentido diferente daquele original.

- a) “A igualdade de direitos para os empregados domésticos ainda não recebeu reconhecimento integral na legislação brasileira, mas chegou perto disso com a regulamentação, pelo Congresso, da emenda constitucional nº 72 de 2013. Faltou pouco para essa categoria receber equiparação completa com todos os outros trabalhadores do país.” (linhas de 01 a 05)

- A igualdade de direitos para os empregados domésticos ainda não recebeu reconhecimento integral na legislação brasileira, mas chegou perto disso com a regulamentação, pelo Congresso, da emenda constitucional nº 72 de 2013, pois faltou pouco para essa categoria receber equiparação completa com todos os outros trabalhadores do país.

- b) “Não resta dúvida de que a distribuição de tais benefícios implica encarecer esse tipo de mão de obra. É o preço a pagar pela eliminação de uma iniquidade que manchava as relações laborais no Brasil: a consagração em lei de uma segunda classe – inferior em seus direitos – de trabalhadores.” (linhas 15 a 18)

- Não resta dúvida de que a distribuição de tais benefícios implica encarecer esse tipo de mão de obra. Esse é o preço a pagar pela eliminação de uma iniquidade que manchava as relações laborais no Brasil: a consagração em lei de uma segunda classe – inferior em seus direitos – de trabalhadores.

- c) “Após um ano no emprego, domésticos farão jus a 30 dias de férias, com pagamento acrescido de um terço do salário mensal. Além disso, torna-se obrigatório que patrões recolham contribuição de 8% para o FGTS, um benefício do qual trabalhadores domésticos estavam anteriormente excluídos.” (linhas de 10 a 14)

- Após um ano no emprego, domésticos farão jus a 30 dias de férias, com pagamento acrescido de um terço do salário mensal. Também se torna obrigatório que patrões recolham contribuição de 8% para o FGTS, um benefício do qual trabalhadores domésticos estavam anteriormente excluídos.

d) “Quando houver justa causa para o desligamento, o valor acumulado retornará ao empregador. Há quem veja aí um estímulo para simular a justificação, mas parece improvável que patrões se arrisquem a perder ações na Justiça do Trabalho e com isso tenham de arcar com os custos do processo.” (linhas 26 a 29)

- Quando houver justa causa para o desligamento, o valor acumulado retornará ao empregador. Há quem veja aí um estímulo para simular a justificação, porque parece improvável que patrões se arrisquem a perder ações na Justiça do Trabalho e com isso tenham de arcar com os custos do processo.

50. O primeiro parágrafo do editorial do jornal Folha de S.Paulo *Profissionais domésticos* traz a seguinte tese: “Faltou pouco para essa categoria receber equiparação completa com todos os outros trabalhadores do país”.

Assinale a alternativa cujo trecho destacado ratifica a posição do jornal.

- a) “O que passar disso será remunerado com 50% adicional como horas extras, ou 100% no caso de domingos e feriados – como qualquer funcionário em atividade.” (linhas 07 a 09)
- b) “Após um ano no emprego, domésticos farão jus a 30 dias de férias, com pagamento acrescido de um terço do salário mensal.” (linhas 10 a 11)
- c) “Além disso, torna-se obrigatório que patrões recolham contribuição de 8% para o FGTS, um benefício do qual trabalhadores domésticos estavam anteriormente excluídos.” (linhas 11 a 14)
- d) “Enquanto funcionários CLT podem receber de três a cinco parcelas proporcionais ao salário (com teto de R\$ 1.386), ao empregado doméstico se pagará um máximo de três prestações, limitadas a um salário mínimo.” (linhas 31 a 34)

RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO
ESTA PÁGINA PODERÁ SER DESTACADA

01 (A) (B) (C) (D)

02 (A) (B) (C) (D)

03 (A) (B) (C) (D)

04 (A) (B) (C) (D)

05 (A) (B) (C) (D)

06 (A) (B) (C) (D)

07 (A) (B) (C) (D)

08 (A) (B) (C) (D)

09 (A) (B) (C) (D)

10 (A) (B) (C) (D)

11 (A) (B) (C) (D)

12 (A) (B) (C) (D)

13 (A) (B) (C) (D)

14 (A) (B) (C) (D)

15 (A) (B) (C) (D)

16 (A) (B) (C) (D)

17 (A) (B) (C) (D)

18 (A) (B) (C) (D)

19 (A) (B) (C) (D)

20 (A) (B) (C) (D)

21 (A) (B) (C) (D)

22 (A) (B) (C) (D)

23 (A) (B) (C) (D)

24 (A) (B) (C) (D)

25 (A) (B) (C) (D)

26 (A) (B) (C) (D)

27 (A) (B) (C) (D)

28 (A) (B) (C) (D)

29 (A) (B) (C) (D)

30 (A) (B) (C) (D)

31 (A) (B) (C) (D)

32 (A) (B) (C) (D)

33 (A) (B) (C) (D)

34 (A) (B) (C) (D)

35 (A) (B) (C) (D)

36 (A) (B) (C) (D)

37 (A) (B) (C) (D)

38 (A) (B) (C) (D)

39 (A) (B) (C) (D)

40 (A) (B) (C) (D)

41 (A) (B) (C) (D)

42 (A) (B) (C) (D)

43 (A) (B) (C) (D)

44 (A) (B) (C) (D)

45 (A) (B) (C) (D)

46 (A) (B) (C) (D)

47 (A) (B) (C) (D)

48 (A) (B) (C) (D)

49 (A) (B) (C) (D)

50 (A) (B) (C) (D)

